

A FEDERALIZAÇÃO DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURAÇÃO DA REDE CIENTÍFICA NACIONAL NA AMAZÔNIA NA DÉCADA DE 1950

THE FEDERALIZATION OF THE EMÍLIO GOELDI MUSEUM OF PARÁ AND ITS RELATIONSHIP WITH THE STRUCTURING OF THE NATIONAL SCIENTIFIC NETWORK IN THE AMAZON IN THE 1950S

JOÃO VICTOR MOURA¹

NELSON SANJAD²

RESUMO

O processo de federalização do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) na década de 1950 é um marco crucial para a instituição, sinalizando a reabertura de suas seções científicas e o reaparelhamento do museu. Este artigo analisa não apenas a federalização do Museu Goeldi, mas também a rede científica formada entre o Museu Nacional (MN), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) na reconstrução institucional do MPEG. Essa rede está diretamente ligada ao desenvolvimento da política científica no Brasil nos anos 1950, um período de intensificação das pesquisas na Amazônia e de propostas de desenvolvimento econômico do Estado para a região. O artigo também examina os discursos políticos e sociais que influenciaram a federalização do museu. Para alcançar os resultados pretendidos, foi realizado um estudo bibliográfico aprofundado sobre o contexto da época, complementado pela análise de documentos, como correspondências e relatórios institucionais. Esse trabalho visou reconstruir o processo de federalização e entender a atuação dos institutos científicos na revitalização do MPEG. Conclui-se que a federalização foi marcada por articulações entre institutos de pesquisa e o Museu Nacional, desempenhando um papel fundamental na reestruturação do MPEG.

¹ Licenciado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atual Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA). Email do autor: jvictorcorleone@gmail.com.

² Pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPHIST), Universidade Federal do Pará (UFPA), e do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS), Museu Goeldi. Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). E-mail do autor: nsanjad@museu-goeldi.br.

Palavras-chave: Rede científica. Política científica. Federalização.

ABSTRACT

The federalization process of the Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) in the 1950s is a crucial milestone for the institution, signaling the reopening of its scientific sections and the re-equipment of the museum. This article analyzes not only the federalization of the Goeldi Museum, but also the scientific network formed between the National Museum (MN), the National Institute for Amazon Research (INPA) and the Superintendency of the Amazon Economic Valorization Plan (SPVEA) in the reconstruction institutional MPEG. This network is directly linked to the development of scientific policy in Brazil in the 1950s, a period of intensification of research in the Amazon and of State economic development proposals for the region. The article also examines the political and social discourses that influenced the federalization of the museum. To achieve the desired results, an in-depth bibliographic study was carried out in the context of the time, complemented by the analysis of documents, such as correspondence and institutional reports. This work aimed to reconstruct the federalization process and understand the role of scientific institutes in revitalizing MPEG. It is concluded that federalization was marked by articulations between research institutes and the National Museum, playing a fundamental role in the restructuring of MPEG.

Keywords: Scientific network. Science policy. Federalization.

INTRODUÇÃO

O discurso sobre a Amazônia e sua interpretação pelo Estado brasileiro mudaram ao longo do século XX, especialmente durante a Era Vargas (1930-1945). Segundo Sandra Pesavento (1994), o processo de modernização do Estado nesse período levou à criação de órgãos e funções administrativas voltadas para educação, saúde, cultura e desenvolvimento científico regional. Um exemplo disso é o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), fundado em 1939. De acordo com André Silva e Dominichi de Sá (2019), esse instituto fazia parte da política desenvolvimentista regional de Vargas, com foco na utilização agrícola da Amazônia. A "Marcha para o Oeste" foi uma das ações para integrar a região ao poder central. Rômulo Andrade (2010) afirma que essa política buscava superar a estagnação e o atraso amazônico e garantir o desenvolvimento súbito em áreas políticas. Diego Leal (2023) destaca o uso de estratégias político-ideológicas para legitimar a intervenção estatal na região e garantir o desenvolvimento súbito em áreas políticas.

Na década de 1950, a política científica nacional se desenvolveu, com mais pesquisas e cooperação internacional. Regina Morel (1979) e Simon Schwartzman (2015) destacam que a criação do CNPq resultou de um processo complexo de articulação científica, impulsionado pela mobilização da comunidade científica para estabelecer instituições que iriam fomentar o avanço científico e tecnológico naquele momento. Esse período foi crucial para a construção de uma rede científica na Amazônia, com o CNPq e o Governo Federal criando novas instituições de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), fundado em 1952, e fortalecendo o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que foi federalizado. O trabalho abordará o processo de federalização do MPEG, essencial para sua revitalização, com reformas na infraestrutura e reativação de seções científicas, ampliando sua capacidade de desenvolvimento.

O artigo propõe avaliar, por meio de fontes bibliográficas e documentais, a participação dos institutos de pesquisa na federalização do museu, focando em sua reestruturação. A primeira parte analisa o perfil institucional do MPEG nos anos 1950 e os problemas enfrentados. Em seguida, discutirá a federalização sob diferentes perspectivas, incluindo domínio público, debate político e interesses envolvidos. Por fim, o artigo analisará as mudanças institucionais e sua reestruturação científica, incluindo alterações orçamentárias e a atuação dos institutos e órgãos que auxiliaram o MPEG nesse processo.

1. DA TRAJETÓRIA DO MUSEU PARAENSE E SEU PERFIL INSTITUCIONAL EM ANOS DE 1950

O Museu Paraense Emílio Goeldi, fundado em 1866, é uma das instituições científicas mais antigas do Brasil, com origens na época imperial. Reconhecida como uma das principais instituições científicas da Amazônia, desempenha um papel crucial na preservação e pesquisa da biodiversidade e cultura regional. Sua criação se insere no contexto histórico da época, quando museus de história natural eram centros de atividade científica, especialmente na transição do século XIX para o XX, conhecida como a “era dos museus” (Lopes, 1997).

Durante o Brasil imperial, o Museu Paraense se destacou como pioneiro

na institucionalização da ciência na Amazônia, especialmente após 1894, quando o zoólogo suíço Emílio Goeldi assumiu a direção, transformando-o em uma autoridade científica sobre a região. O período analisado corresponde à gestão de Armando Bordallo (1951-1955), crucial para a implementação da federalização. Para essa análise, foram utilizadas diversas fontes documentais do acervo referente à gestão de Bordallo, como correspondências, relatórios anuais e jornais da época, que retratam os problemas vivenciados pelo museu.

Ao examinar a realidade do MPEG na década de 1950, destaca-se de forma assertiva a falta de verbas cedidas pelo Governo do Estado na época. Os valores recebidos pela instituição eram diminutos, o que desencadeou uma série de problemas e contratempos, considerados como um dos principais catalisadores dessas dificuldades. A seguir, será apresentado um trecho de uma correspondência, especificamente um ofício enviado por Bordallo ao Secretário de Educação e Cultura, Sr. Dr. José Filho.

O museu precisa de receber urgentemente recursos materiais capazes de lhe dar vida. Não somente para salvar o seu patrimônio material, mas capaz de permitir a obtenção de técnicos e cientistas que possam movimentar as suas secções. Há falta de técnicos, por isso não há pesquisa, nem são realizados trabalhos de natureza científica; não podemos fazer excursões, por isso não temos material de estudo [...] nos falta o dinheiro necessário (Ofício, 22 de fevereiro de 1954).

No fragmento, Bordallo destaca a necessidade de conservar as coleções, reativar a pesquisa com pessoal qualificado, realizar expedições na Amazônia e revitalizar as seções científicas com profissionais especializados. Essas observações revelam a dificuldade do museu em avançar nas pesquisas devido a problemas internos. Relatórios anuais de 1952 mencionam a falta de pessoal qualificado e recursos financeiros como principais obstáculos ao desenvolvimento pleno das pesquisas. O relatório de 1952 também detalha as necessidades, como a construção de viveiros para animais, e a carência de funcionários capacitados e especializados, conforme indicado em relatórios de gestão de 1952 (Relatório de Armando Bordallo da Silva, 1952).

A instituição enfrentava sérias lacunas, como a ausência de um botânico e a carência de um geólogo, que comprometem seu funcionamento pleno. Essas deficiências foram destacadas no relatório de 1952 por Armando Bordallo da Silva, que também mencionou a falta de outros funcionários essenciais, como botânicos e veterinários, necessários para lidar com problemas como a alta

mortalidade de animais. Em um ofício de 12 de março de 1953, Bordallo destacou: “O índice de mortalidade de animais no Museu é grande por vários fatores, entre os quais a falta de um veterinário para assisti-los” (Ofício, 12 de março de 1953). Outro problema significativo era a escassez de verbas para excursões científicas. Em um ofício de 12 de maio de 1952, o diretor da Divisão de Caça e Pesca, Sr. Aldyr Gomes, solicitou exemplares de jacaré do gênero Caiman. Bordallo respondeu que não seria possível atender ao pedido devido à falta de recursos para expedições, indicando que essas atividades eram esporádicas e não contínuas, por conta dos problemas institucionais. A instituição frequentemente passava longos períodos sem realizar expedições de grande porte devido a essas limitações financeiras (Ofício, 12 de maio de 1952).

1.2. “SÓ RESTA A LEMBRANÇA”: ECOS DA CRISE DO MUSEU PARAENSE NOS JORNAIS

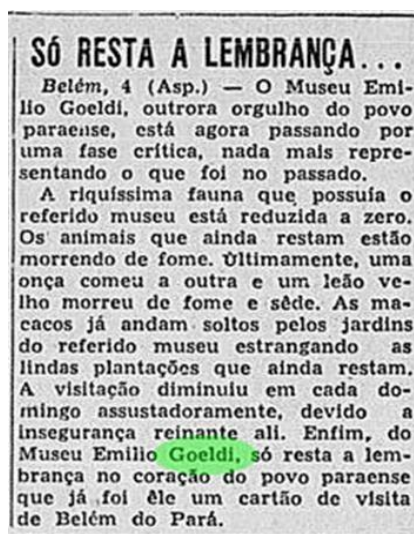
Durante o processo de federalização, o Museu Paraense encontrava-se em situação precária, por diversos fatores já mencionados. No entanto, é relevante analisar a percepção pública sobre seu estado. Este tópico e o seguinte discutem a questão pública e política da federalização, destacando que ela ocorreu em diferentes escalas e deve ser compreendida por múltiplas perspectivas. Nesse contexto, Emilly Santos (2014) apresenta o museu como um espaço de alta sociabilidade e afetividade para a população paraense, sendo especialmente frequentado aos finais de semana. A autora analisa como, desde a época de Emílio Goeldi, o museu se projeta dentro do parque e como a população local desenvolve relações sociais com o espaço zoobotânico. Essa relação remonta aos primeiros anos da instituição, que, como destaca Sanjad (2010), sempre teve um papel educativo e público para a sociedade.

Nesse cenário, é evidente que o museu já mantinha contato com parte da sociedade desde sua fundação. Contudo, essa interação tornou-se mais evidente com a chegada de Emílio Goeldi à direção em 1891. Sob sua liderança, o espaço físico do Museu Paraense tornou-se mais atrativo, despertando a curiosidade de visitantes de diferentes classes sociais nos dias de visita. Em que nessa perspectiva, afirma-se que “O Museo Estadual criou raiz e adquiriu positiva *sympathia* por parte do povo, havendo entre os visitantes muitos

frequentadores regulares e assíduos" (Goeldi, 1897, p. 51). A participação da sociedade, incluindo o público e a imprensa, foi fundamental para evitar que a federalização do museu fosse vista como uma decisão isolada de um "gabinete burocrático". Nesse contexto, as críticas publicadas nos jornais da época refletiam o sentimento local diante do suposto descaso com a instituição. Os jornais destacaram a precarização do museu e suas dificuldades, sendo fundamentais para compreender o debate sobre sua situação.

Figura 1 - Recorte do jornal Correio da Manhã (RJ), publicado em 5 de set. de 1954, p.

3



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.³

O jornal mencionado oferece indícios das críticas ao museu, especialmente pela manchete "só resta a lembrança", essa expressão sugere um saudosismo, indicando que algo que um dia foi grandioso agora é lembrado apenas como um resquício de um passado glorioso, saudosismo esse em relação ao período áureo da instituição sob a gestão de Emílio Goeldi. O final do século XIX e início do século XX servem como referência para comparar a antiga vitalidade científica do museu. A cobertura jornalística vai além da denúncia dos problemas, criticando também os responsáveis pela preservação do patrimônio, o que implicava o Governo Estadual e o Federal. A manchete do *Diário de Pernambuco*, de 2 de junho de 1949, exemplifica essas críticas, apontando os "verdadeiros culpados" pela situação precária da instituição. Nesse contexto, é

³ Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

evidente a responsabilidade atribuída à União em relação ao MPEG, o que demonstra que já antes da federalização havia planos de subvenção propostos pelo Governo Federal como forma de revitalizar a instituição.

As críticas de visitantes também são evidentes nos relatórios internos do museu. Por exemplo, no relatório de gestão de 1952, o diretor Armando Bordallo afirma: “Quanto à crítica que vez por outra fazem os visitantes de que este museu se apresenta desfalcado de grande número de animais [...]” (Relatório de Armando Bordallo da Silva, 1952). Este trecho indica que os visitantes detinham conhecimento sobre os problemas institucionais, expressando críticas significativas que deveriam, como se pode afirmar, conduzir a melhorias na administração e no cuidado com o espaço. Dessa forma, o papel da opinião pública é de grande importância, pois essa desaprovação gerava a necessidade para o diretor e para o Governo do Estado de pensar em soluções concretas para restaurar a qualidade do museu.

1.3 A FEDERALIZAÇÃO EM SUA ESFERA PÚBLICA

Dentro desse contexto, é essencial investigar como o processo da federalização foi debatido politicamente e estrategicamente, especialmente nas iniciativas do então diretor, Armando Bordallo da Silva. Bordallo desempenhou um papel crucial ao interpelar o governador do Estado, Zacarias Assumpção, sobre a necessidade de revitalizar o museu. Em diversas ocasiões, Bordallo solicitou ao governo estadual maior suporte financeiro e orientações sobre como proceder com a revitalização da instituição. Em 5 de março de 1954, Bordallo enviou um ofício diretamente ao governador, reiterando a inoperância do Museu Paraense frente aos problemas enfrentados. Esse documento é significativo porque Bordallo apresenta três sugestões ao governador para viabilizar o financiamento adequado do museu:

[...] em relatório dirigido ao Governo do Estado em 22 de fevereiro de 1954, tecendo comentários a respeito da situação de verdadeira inoperância científica do Museu Paraense [...] apresentou 3 sugestões: [...] 1º- promovendo entendimentos junto ao Governo Federal, no sentido de ser conseguida a federalização do Museu Paraense [...] no sentido de obter maiores e mais regulares verbas, de modo a se executar um plano de soerguimento do Museu. 2º- organizando-se uma sociedade particular de âmbito nacional, prestigiosa e influente,

política e financeiramente capaz e idônea, de assumir a responsabilidade, junto ao Governo do Estado [...] da administração do Museu, durante pelo menos 5 anos, levantasse conseguisse recursos econômicos capazes de soerguer e recuperar o patrimônio material e cultural do museu [...] 3º- Realizando um convênio com o Serviço de Valorização da Amazônia, dando-se assim ao Museu Paraense [...] pelo prazo de 20 anos, os recursos indispensáveis que garantirão sua utilíssima finalidade (Ofício, 5 de março de 1954).

O documento mostra as propostas que permeiam a federalização, em um primeiro momento, chamam a atenção pelo fato de não vislumbrar uma solução local, mas sim no âmbito federal. Como alternativas à federalização, isto é, à transferência da instituição para a administração direta da União, foram arroladas duas outras, sendo uma voltada para uma “sociedade particular”, mas de âmbito nacional, e a outra para uma autarquia federal, a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),⁴ a qual junto ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)⁵. O documento também sugere que o processo de federalização já estava em andamento, aguardando apenas a autorização final do governador para ser efetivamente iniciado.

O processo deveria ser executado de maneira rápida, o que é evidenciado pela variedade de opções apresentadas pelo diretor do museu. Esse movimento parece ser uma estratégia inteligente, embora possa também refletir uma certa urgência e desespero. A aceleração do processo de federalização está claramente associada à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e ao seu Plano Quinquenal, que começaria a ser implementado em janeiro de 1955. O documento também deixa claro o interesse de Bordallo em federalizar a instituição antes da implementação do Plano Quinquenal da SPVEA.

Permite-nos, ainda, o Governo do Estado, prejudgando a terceira sugestão como mais valiosa e talvez exequível lembre a necessidade de apresentá-la quanto antes a fim de poder fazer parte do Plano Quinquenal do Serviço de Valorização da Amazônia, ora em estudo e preparo (Ofício, 5 de março de 1954).

⁴ A SPVEA foi um órgão criado em 1953, tendo sua principal função implementar planos e mudanças estruturais para a região Norte, ligados principalmente ao desenvolvimento econômico e social da Amazônia.

⁵ O INPA foi um instituto criado em 1952, criado com o objetivo de pesquisar e fornecer conhecimentos sobre a região Amazônica, focando nos sistemas social, ambiental, econômico e cultural da região, objetivando o conhecimento científico e tecnológico regional.

A instituição foi, de fato, federalizada antes da implantação do Plano Quinquenal, em dezembro de 1954. Pode-se concluir que a estratégia escolhida iria garantir para a instituição tanto as verbas do CNPq quanto as da SPVEA, como de fato aconteceu. Por conta disso, é indispensável compreender a importância do plano elaborado pela SPVEA - o primeiro Plano Quinquenal de 1955 abordado aqui - e seus desdobramentos posteriores na federalização do MPEG. Esse órgão surge vinculado às pretensões de modernização, desenvolvimento científico, social e, principalmente, econômico da Amazônia. Trabalhos como o de Rômulo Andrade (2024) abordam o processo vivido pela região desde a década de 1930, buscando entender como a Amazônia foi interpretada e transformada pelo Estado brasileiro a partir daquele período. O trabalho relaciona esse processo ao pensamento desenvolvimentista e analisa como tais políticas foram utilizadas pelo governo federal para integrar a Amazônia ao projeto nacional — muitas vezes com consequências devastadoras para os ecossistemas e para as populações locais.

Outro autor que aprofunda a análise do Plano Quinquenal da SPVEA é Thomaz Mougey (2018). O autor discute a intervenção direta da SPVEA na Amazônia, destacando que o órgão recebeu autorização para envolver quaisquer instituições públicas e colaborar com o setor privado no cumprimento de sua missão de modernização da região. Nesse contexto, a maioria das agências científicas e de fomento existentes na Amazônia — como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e, posteriormente, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) — foi incorporada à estrutura da SPVEA. Esses órgãos passaram a receber verbas e programas de pesquisa com o objetivo de alinhar suas atividades à agenda de modernização nacional. O propósito central era transformar o rico ecossistema amazônico na força motriz do desenvolvimento do Brasil.

As instituições envolvidas foram reorganizadas para atender a esse projeto, que concebia um plano de ocupação racional e de modernização econômica de toda a bacia amazônica. Esse plano era visto como um modelo para a construção de um Brasil unificado e moderno. A proposta visava integrar territorial, econômica e socialmente a Amazônia à unidade nacional, de forma

que os planejadores pudessem identificar racionalmente e criar, com base científica, novas estruturas socioeconômicas, técnicas, morais e humanas que promovessem um desenvolvimento duradouro. Como parte desse processo de "mercantilização científica" do ecossistema amazônico, o INPA implantou um vasto programa de pesquisa prática, que incluía desde o estudo da composição, utilidade e capacidade de cultivo de plantas endêmicas até pesquisas ecológicas sobre cadeias alimentares de peixes com potencial de exploração comercial.

O episódio da federalização, aliado a essa nova forma de o Estado interpretar e transformar a Amazônia por meio da política, da ciência e da economia, pode ser compreendido como o início de um novo ciclo na relação entre ciência e intervenções estatais. A partir desse ponto, é possível identificar maiores investimentos nos institutos de pesquisa da região, pois, como mencionado no trabalho, houve justificativas para a criação de instituições científicas, como o INPA, o IAN, além da revitalização de outras, como o Museu Paraense. Assim, à medida que a interpretação do Governo Federal em relação ao espaço amazônico se transforma, tornou-se necessário repensar o papel dos institutos de pesquisa como agentes fundamentais nessa intervenção baseada em ciência e tecnologia.

Nos próximos debates que serão desenvolvidos ao longo do trabalho, será demonstrado que essa premissa é verificável, considerando o aumento — ou, ao menos, a intensificação — dos trabalhos apresentados nas sessões científicas do Museu Goeldi, bem como o desdobramento de pesquisas conjuntas entre instituições nacionais sobre a biodiversidade, a população e o território da região. Assim, no dia 7 de dezembro de 1954, o MPEG adentrou em seu processo de federalização, com assinatura, na cidade de Belém, do convênio que transferiu a administração da instituição ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) pelo período de 20 anos. O documento assinado apresenta 13 cláusulas que estabelecem pontos importantes sobre o acordo e as questões que deveriam ser respeitadas pelos órgãos e instituições envolvidas.

A cerimônia contou com a participação de pessoas importantes para a compreensão do processo de federalização do MPEG, sendo presidida pelo governador do Pará, Zacarias de Assumpção, e com presença do diretor do

INPA, Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, do diretor do Museu Goeldi, Armando Bordallo da Silva, do superintendente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Artur Cesar Ferreira Reis,⁶ e do arcebispo do Pará, Mário de Miranda Vilas-Boa, como consta no documento da federalização— será exposto mais adiante no texto —, o qual descreve o dia e os sujeitos presentes no dia de assinatura do acordo entre o Governo do Estado e o INPA.

Figura 2 - Fotografia do acordo de federalização do MPEG assinado em 1954, da esquerda para direita estão o Dr. Armando Bordallo, n.i., Dr. Olympio da Fonseca (diretor do INPA e representante do CNPq), Dr. Artur Cesar Reis (superintendente da SPVEA)



Fonte: Bordallo (2019).

As primeiras cláusulas do documento assinado na federalização reiteram que o museu, sob a nova administração, manteria sua autonomia científica e de gestão, embora o INPA tivesse controle sobre certas questões relacionadas ao MPEG. Por exemplo, nas cláusulas 2, 3 e 9 do acordo, é concedida ao INPA autonomia para realizar reformas e fazer escolhas sobre o pessoal do Museu Goeldi. O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) teria o poder de decisão sobre a seleção de novos pesquisadores e sobre toda a equipe técnica do museu. Contudo, uma cláusula destaca explicitamente a finalidade imposta ao INPA para ser desenvolvida no Museu Goeldi. Essa cláusula é a de número 11, que estipula o seguinte:

⁶ Foi um renomado político e historiador brasileiro, tendo várias obras de destaque sobre estudos e pesquisas sobre a Amazônia, como seu ilustre livro chamado “História do Amazonas” de 1931. Dentre os cargos de destaque em funções públicas no país, destaca-se seu papel como superintendente do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) atual e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

[...] em seu orçamento e das dotações gerais possam ser para o mesmo objetivo aplicadas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, promoverá o reequipamento do Museu Paraense “Emílio Goeldi”, a restauração de suas instalações, a atualização de sua biblioteca, ao mesmo tempo que o procurará dotar de um quadro de especialistas nacionais e estrangeiros a altura [...] (CNPq, 1954).

Nesse sentido, retomando as primeiras ações tomadas após a federalização do MPEG, temos a ação feita pelo diretor do INPA, Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, o qual nomeou um Conselho Consultivo (INPA, 09 de abril de 1955). Os indivíduos convidados a integrar esse conselho eram figuras de prestígio e poder social, como evidenciado pelos nomes mencionados no documento. Entre os mais proeminentes estão o Governador do Estado, Sr. Zacarias de Assumpção, e o Sr. Artur César Ferreira Reis. A escolha desses nomes não foi aleatória, na tentativa de colocar pessoas influentes no conselho, objetivando garantir que as demandas do museu fossem atendidas adequadamente. Essas figuras de destaque teriam a responsabilidade de obter apoio para projetos e recursos futuros necessários ao MPEG, refletindo uma estratégia deliberada para assegurar a continuidade e o desenvolvimento do museu.

2. A RECONSTRUÇÃO DO MUSEU PARAENSE: OS DESAFIOS, MUDANÇAS E O APOIO DA REDE CIENTÍFICA NACIONAL NA FEDERALIZAÇÃO

A política científica começou a se consolidar no Brasil na década de 1950, com a criação de órgãos como o CNPq em 1951, possuindo como seu primeiro diretor o Sr. Alvaro Alberto Silva⁷. Um ponto de conexão importante com o processo de federalização do MPEG em 1954 é o crescente interesse do Estado brasileiro pela Amazônia. É nesse contexto de fortalecimento do Estado que surgem novos órgãos científicos, fundamentais para orientar a inserção efetiva do Estado na dinâmica científica do país. Diante desse panorama, é crucial

⁷ Esteve ligado diretamente a criação de uma instituição governamental, cuja principal função seria incrementar, amparar e coordenar a pesquisa científica nacional, no caso o que viria ser o CNPq. Assim, foi também o responsável pela proposta de criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovada em 1951, o qual presidiu até 1955. Respeitado no meio acadêmico, Álvaro Alberto sempre defendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico estava intimamente ligado com a prosperidade do país. E acreditando nisso, deu início a uma nova era na pesquisa científica no país, com a criação do CNPq.

destacar as instituições envolvidas na federalização do MPEG, oficializada em 1954: o INPA, o CNPq, a SPVEA e o Museu Nacional⁸.

A criação do CNPq marcou um novo paradigma nas relações entre Estado e ciência no Brasil, com o Estado assumindo um papel ativo no incentivo à produção científica, concedendo auxílios, verbas e promovendo a formação de pesquisadores. Nesse contexto, surgiu o INPA, refletindo a visão estratégica sobre a Amazônia, considerada uma fronteira científica e cultural. Segundo Priscila Faulhaber (2005), o INPA foi parte da estratégia estatal de explorar o potencial científico da região. Marcos Maio (2005) destaca que houve um debate sobre a criação do Instituto da Hiléia Amazônica (IIHA), com a proposta de um centro internacional de pesquisa, mas o projeto foi rejeitado por preocupações com a soberania nacional. Em seu lugar, fundou-se o INPA, que passou a liderar as pesquisas na região em colaboração com outros centros amazônicos. Esse processo foi impulsionado pela mobilização da comunidade científica brasileira, que articulou esforços para fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

2.1 AS MUDANÇAS ADVINDAS COM A FEDERALIZAÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DO MPEG E SUA INSERÇÃO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA PELA SPVEA

⁸ O Museu Nacional desempenha um papel importante na história do Museu Paraense Emílio Goeldi, sendo possível destacar a rede formada entre essas instituições, especialmente nos aspectos de intercâmbio de coleções científicas, na rede de apoio científico que se consolidou entre elas e, principalmente, na circulação e articulação de pesquisadores entre ambas. Um exemplo relevante remonta ao período da chegada do zoólogo suíço Emílio Goeldi ao Brasil, em 1884, para atuar como naturalista. Pouco tempo depois, ele foi convidado por Ladislau Netto, então diretor do Museu Nacional, para assumir o cargo de naturalista viajante da instituição. Nessa função, Goeldi participou de diversas expedições científicas, coletando espécimes e ampliando o acervo do museu, especialmente nas áreas de zoologia e botânica. Essa experiência foi fundamental para consolidar a reputação científica de Goeldi no Brasil, colocando-o em contato com outros naturalistas importantes da época e aprofundando seu conhecimento sobre a fauna e flora brasileiras. Em 1894, Goeldi foi convidado para dirigir o Museu Paraense (em Belém do Pará), que então passava por dificuldades. Ele reformulou completamente a instituição, organizando exposições científicas, ampliando as pesquisas de campo e fundando importantes publicações acadêmicas. Essa transformação fez com que o Museu Paraense se tornasse uma das principais instituições científicas do país. Em reconhecimento ao seu trabalho, o museu passou a se chamar Museu Paraense Emílio Goeldi após sua morte. Ver mais em: SANJAD, Nelson. **Emílio Goeldi (1859-1917): a aventura de um naturalista entre a Europa e o Brasil**. Versão para o francês, Janine Houard. Rio de Janeiro: EMC, 2009, 232p. .

Antes de discutir as mudanças provocadas pela federalização, é importante destacar a escassez de estudos aprofundados sobre esse processo no MPEG. Muitas obras apenas reproduzem informações básicas, sem analisar em detalhe os debates e transformações envolvidos. Um exemplo é o livro *Talento e Atitude*, de Oswaldo Cunha (1989), que integra uma coleção biográfica sobre diretores e pesquisadores do museu. O autor destaca a trajetória e as contribuições dos pesquisadores, mencionando a chegada de Walter Egler em 19 de setembro de 1955 e as obras de reestruturação do MPEG, sem, contudo, aprofundar a análise da federalização. Com a federalização, Armando Bordallo deixa a direção, sendo sucedido por Egler, que veio do Museu Nacional ao INPA em 1956. Esse novo período foi marcado por intenso trabalho de reconstrução e por um crescimento na capacidade de desenvolvimento científico da instituição.

A federalização em si como debatido mudou a relação orçamentária e administrativa do MPEG, passando agora aos cuidados e aplicação de verbas pelo Governo Federal através do INPA a partir de 1954 de um lado, e verbas que são aplicadas na instituição pela SPVEA do outro. Para melhor visualização de como ficou o arranjo de aplicação de verbas para o Museu a partir de 1954, foi necessário a criação de uma tabela com as porcentagens de verbas aplicadas pelos órgãos do Governo Federal à instituição – entre 1955 a 1958⁹ – após a federalização.

Tabela 1 - Referente às porcentagens orçamentárias concedidas ao Museu Paraense entre os anos de 1955 a 1958

	SPVEA	CNPq	Estado	Diversos
1955	29,6%	44,3%	23,3%	2,8%
1956	49,8%	48,7%	—	1,5%

⁹ Não foi possível atestar os dados até 1959, devido ao problema da grande fragmentação de dados orçamentários nas documentações, ocorrendo uma certa imprecisão nos números totais aplicados ao Museu Paraense naquele ano.

1957	54,5%	45,5%	_____	_____
1958	48,4%	51,6%	_____	_____

Fonte: Autoria própria.

Os dados apresentados acima evidenciam a rápida aplicação de verbas na reconstrução da instituição. Uma observação perceptível é que o Governo do Estado do Pará deixa de listar as contas orçamentárias do Museu, tornando-se mais evidente a partir de 1956, quando ocorre a interrupção total do repasse de verbas para o MPEG. Além disso, chama a atenção o fato de que o CNPq e a SPVEA passaram a assumir quase 50% do orçamento da instituição nos anos seguintes à federalização, indicando que a reconstrução do Museu Paraense se tornou um foco de aplicação de verbas significativas. Em 1955, o museu recebeu uma verba para a reestruturação da instituição e a revitalização do parque zoológico, no valor de Cr\$ 5.188.000,00, as quais vieram do INPA, CNPq e SPVEA.

O movimento orçamentário atestado acima deixa claro o aumento das verbas aplicadas no Museu Paraense, destacando-se o incremento do orçamento anual do MPEG a partir de 1955. Nos primeiros anos da federalização, esses novos recursos possibilitam sua aplicação de forma incisiva na instituição, especialmente na aquisição de equipamentos para pesquisas científicas e na revitalização de edifícios, além de outras obras de infraestrutura. A documentação indica que o museu passou por um reenquadramento de suas instalações, com melhorias progressivas ou substituição por novas estruturas e que as reformas atenderam às necessidades dos pesquisadores e contribuíram para os objetivos de revitalização do (Relatório anual, 1955).

Os valores acima mencionados, podem ficar de forma abstrata em um primeiro momento sem algumas informações prévias. Por exemplo, ao coletar dados dos anos anteriores à federalização, mais precisamente nos quatro que precedem esse momento, foi possível ver um pouco dos valores médios que o MPEG recebia do Governo do Estado. O valor tomado no exemplo que será

inserido a seguir está dentro das documentações¹⁰ dos balancetes anuais de prestação de contas do Museu, o ano aqui selecionado é o de 1954, nele é mostrado a quantia cedida pelo Governo do Estado ao Museu naquele ano. Por exemplo, o balancete de 1954 revela que o Museu recebeu cerca de Cr\$ 485.344,50 do Governo Estadual naquele ano. Ao comparar esse valor com os montantes recebidos após a federalização, nota-se um aumento significativo. O valor das verbas injetadas na instituição saltou de menos de meio milhão de cruzeiros para valores milionários no ano seguinte, demonstrando um incremento substancial no financiamento do MPEG após a federalização (Balancete de prestação de contas, 1954).

Nesse momento, constata-se a primeira mudança que ocorreu no MPEG, essa presença de maiores verbas é de extrema importância pois, assim como afirmado no capítulo anterior, os principais problemas que o Museu Goeldi perpassa eram catalisados principalmente pela disponibilidade de verbas diminutas a instituição, a qual não conseguia manter sua vitalidade em pronta ação. Diante dessa nova situação orçamentária, intensas obras começaram a ser desenvolvidas no parque zoológico, nos pavilhões destinados às sessões de pesquisa, na aquisição de equipamentos, entre outras melhorias. O relatório de atividades anuais de 1956 destaca uma série de obras realizadas no Museu durante o ano de 1955. Em 4 de outubro de 1956, o Museu Paraense foi reaberto, pois durante as obras suas atividades cessam e o trecho a seguir apresenta algumas informações sobre essa reabertura:

O interesse do público pela nova realização ficou patenteado pelo afluxo no domingo seguinte ao da data de inauguração, quando foi registrada uma frequência de cerca de 4.000 visitantes. Procurando manter vivo o interesse do público pelas exposições, realizadas sempre com interesse didático e ilustrativo, estão previstas modificações periódicas para renovar a matéria exposta” (Relatório de Walter Egler, 1956, p. 3).

¹⁰ Esse dado foi retirado do balancete de prestação de contas anual de 1954 do Museu Goeldi, nele consta as dotações cedidas pelo Governo do Estado ao MPEG naquele ano para seu pleno funcionamento durante o ano. Contudo, um dos grandes problemas é que muitos alguns valores se perderam e acabam por dificultar ver sequencialmente de forma precisa os valores, por conta disso acabou por se utilizar de forma ampla o balancete de alguns anos que estão mais completos, por isso foi necessário selecionar o de 1954, sendo um dos mais precisos em seus dados.

O fragmento destaca o expressivo aumento no número de visitantes do parque após sua reinauguração, evidenciando a recuperação do interesse da população paraense. A organização voltada ao público, com exposições e abordagens didáticas, também contribuiu para esse sucesso. Desde o século XIX, o desempenho do Museu Paraense pode ser avaliado pelo número de visitantes, como aponta Sanjad (2008), que registra visitas expressivas entre 1885 e 1907, no período da direção de Emílio Goeldi. Após a federalização, o número de visitantes aumentou exponencialmente, refletindo uma revitalização da instituição. Em 1953, último ano antes da federalização, o museu recebeu cerca de 57.043 visitantes; em 1957, primeiro ano da reabertura sob a federalização, o número saltou para cerca de 208.000. Esses dados indicam que a revitalização institucional foi claramente percebida pelo público, configurando um novo período de grande agitação e apreço da população pelo museu, similar ao vivido na época de Goeldi. O número de visitantes funciona, assim, como um “termômetro” social do estado da instituição em diferentes momentos.

Adentramos nesse momento, sobre algumas obras que se destacam nesse momento de federalização, pois elas são importantes para se compreender a dimensão dessa nova fase institucional, porque ampliaram a capacidade de pesquisa instalada na instituição, elevando a um patamar superior ao que havia nas dependências da entidade. É possível verificar na prática a conexão de várias instituições para o fomento de pesquisas no MPEG e para a revitalização da instituição, como o CNPq e o Museu Nacional. Essa cooperação foi fundamental para manter o labor científico dentro do museu e o pleno funcionamento e reativação de seções que estavam com suas atividades suspensas. Logo ao adentrar em 1955, ocorre as primeiras práticas de acionar o CNPq em questões emergenciais que a entidade necessitava com certa urgência. No exposto a frente ocorre a comunicação que o Conselho Deliberativo havia aprovado o pedido de enviar recursos extras para o MPEG, no valor de Cr\$1.988.000,00, como forma de dar início prontamente a obras e sanar problemas de ordem emergenciais:

Dada a profunda estima, a quase veneração que a população de Belém dedica ao Museu, e o papel preponderante que deverá ele desempenhar no plano e pesquisas científicas a serem desenvolvidas pelo INPA, resolvemos desde logo [...] solicitar ao

Conselho Nacional de Pesquisas modificação das dotações orçamentárias do INPA, no sentido de, aproveitando recursos não mais aplicáveis no ano, neste instituto, acudir o Museu nas suas mais urgentes necessidades. [...] Sessão do colendo Conselho Deliberativo, realizada em 1º de dezembro de 1955, recebeu o Museu um reforço de verba, ainda para 1955, no valor de Cr\$1.988.000,00, destinado às obras gerais de recuperação e ao equipamento de seus laboratórios (Relatório anual do INPA, 1956, p. 5).

Os dados mostram que a instituição começou a receber grandes quantias de verba, principalmente para questões emergenciais e de menor complexidade. Um exemplo é a biblioteca do Museu Goeldi, criada em 1894, que passou por uma atualização e reestruturação significativa a partir desse período. A recuperação da biblioteca foi coordenada por Clara Galvão, bibliotecária enviada do Museu Nacional para implementar a reorganização, conforme aponta Léa Diniz (1981). Durante esses anos, verbas substanciais foram alocadas para a biblioteca pela SPVEA, como evidenciado no relatório anual do INPA de 1955, em que está posto que “o Dr. Arthur Cesar Reis, quando à frente da Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, pretendia destinar à biblioteca do Museu Goeldi, em 1956, a verba de Cr\$500.000,00” (Relatório anual INPA, 1955).

A maior disponibilidade de verbas, ajudou a mobilizar a aquisição de novos livros, publicações entre outras questões e aparatos que necessitavam da biblioteca do Museu Goeldi. Essa era uma das principais obras que poderiam ser realizadas no seio institucional do Museu, visto que como aponta Diniz (1981), com a crise econômica do período de decadência da borracha na região refletiu nas bases de verbas e estruturalmente na entidade e por conseguinte nos setores de pesquisa e na biblioteca. Nesse ponto, já vale destacar essa atuação do Museu Nacional junto ao MPEG, nessa relação conjunta que o Museu Nacional¹¹ coordena de perto a reestruturação do Museu Paraense.

Neste debate, é claro que a reorganização e reestruturação da biblioteca envolveu a atuação da SPVEA e do Museu Nacional. Durante o processo de federalização, houve uma intensa cooperação entre essas instituições para

¹¹ Cabe ressaltar que pesquisadores do Museu Nacional vieram para o MPEG para promover um auxílio operacional nas atividades científicas e organizacionais nas sessões, porém acabaram em sua maioria por não serem incorporados definitivamente ao quadro de funcionários definitivos do Museu, sendo algo mais temporário.

revitalizar o Museu Paraense. Esse contexto revela que, longe de ser uma ação puramente altruísta, o investimento em grandes somas no Museu Goeldi estava associado a expectativas de retorno. Assim, muitos projetos e pesquisas atribuídos ao Museu Paraense após sua federalização refletem os interesses da SPVEA. A relação entre a disponibilização de verbas e a demanda por pesquisas alinhadas aos interesses da SPVEA pode ser vista como uma forma de "mão dupla", onde o financiamento vem acompanhado de exigências para atender a objetivos específicos.

Além disso, houve essa entrada de pesquisadores do Museu Nacional em outras dependências das sessões de pesquisa da entidade. Por exemplo, na sessão de geologia ocorreu a entrada do Dr. Walter da Silva Curvelo, então geólogo do Museu Nacional (Relatório anual, 1955). Essa dinâmica de cooperação de auxílio ao Museu é recorrente, em vários outros setores podem ser identificados a incorporação temporária de pesquisadores do Museu Nacional. Essa afirmação pode ser comprovada com as informações contidas em outro relatório anual do INPA do ano de 1957, em que é informado a presença de outro pesquisador à frente do comando da sessão de mineralogia e geologia do Museu Paraense. O trecho que destaca essa informação é breve, porém afirma que

O setor de geologia e mineralogia desde fins de 1955 vem sendo dirigida pelo pesquisador Cândido Simões Ferreira, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cedido em regime de colaboração para reorganizar a mesma desde a morte dos dois geólogos europeus, F. Katzer e Von Kraatz, que iniciaram os trabalhos do setor ainda no século passado, ficou a mesma abandonada. [...] ficaram suspensas todas as atividades de pesquisa geológica por falta de pessoal capacitado (INPA, 1957, p. 15).

Esse fragmento revela informações que vão além da participação novamente de pesquisadores do Museu Nacional na reconstrução do MPEG, afirmando que sessões, como as citadas na documentação, estavam abandonadas por um regime muito grande de tempo. Essa informação acaba por mostrar a inoperância científica que se alastrava na instituição, seja por falta de verbas ou como a fonte mostra, ocorre a falta de pessoal capacitado para a realização de atividades de pesquisa. Retomando a questão da inoperância

científica no Museu, é possível se debater planos propostos pelo INPA para sanar essa condição problemática. Contudo, é preciso antes mostrar um pouco do papel do INPA na ciência da Amazônia naquele momento. O ponto mais delicado era a contratação de pessoal qualificado, “em que o Instituto [INPA] se vem empenhando e há de se empenhar-se no futuro, é o de recrutamento de pessoal técnico [...] Os homens de ciência são numericamente insuficientes em nosso país” (INPA, 1956, p. 10).

O exposto acima aborda a problemática que afetava diretamente ao Museu, e que se espalhava a outras entidades científicas contidas na Amazônia. Ao pontuar as observações feitas no relatório, percebe-se as dificuldades de contratação de mão de obra qualificada para trabalhar na Amazônia, região considerada de vida mais difícil que as demais. Esse apontamento é delineado neste relatório, em que é possível ver uma certa rejeição de muitos pesquisadores de outras localidades do país para a região, preferindo outras áreas do país vistas com potenciais de garantir melhores condições de vida e maior suporte para os pesquisadores e seus estudos. E esse problema era uma das tarefas do INPA desde sua criação, onde ficou estabelecido que:

Uma das finalidades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é o levantamento cultural da região, a ser alcançada pela realização de cursos e concessão de bolsas de estudos no país e no estrangeiro. Pela seção de ensino e aperfeiçoamento foram realizados quatro cursos de dialetologia, pedagogia e metodologia para professores de cursos primários [para] auxiliar de laboratórios [...] (INPA, 1957, p. 27).

Assim, o INPA assumiu a responsabilidade pela profissionalização de cientistas e do corpo técnico para sua sede em Manaus e para o MPEG. O INPA também firmou convênios e parcerias com instituições renomadas, como o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) e o Instituto Evandro Chagas (IEC), ambos em Belém. Segundo o relatório de 1956, o objetivo era transformar esses centros científicos em “[...] unidades básicas de pesquisa e de formação de técnicos” (INPA, 1956, p. 24). De acordo com o relatório anual de 1955, a intenção do INPA era “[...] tornar esses centros científicos uma de suas unidades básicas de pesquisa e de formação de técnicos” (INPA, 1955, p. 28). A documentação reflete a busca por instituições mais bem preparadas, com profissionais melhor

capacitados, para atender às demandas de pesquisa e fornecer mão de obra qualificada para a região amazônica.

Nessa premissa, o INPA seria visto pelo Governo Federal como capaz de formar um número maior de profissionais especializados para pesquisas na Amazônia. Isso corrobora o que foi afirmado anteriormente sobre o interesse dessas instituições na federalização do Museu Paraense. O INPA, ao buscar usar esses centros como polos de apoio científico, visava criar pesquisadores para seus objetivos na Amazônia. Uma hipótese é que, devido à maior influência do Museu Nacional sobre o Museu Paraense, o INPA não precisou se preocupar tanto com o aperfeiçoamento do MPEG. O Museu Nacional, sendo o modelo a ser seguido pelo Museu Goeldi, funcionava como um “espelho” para a reorganização do MPEG, já que seus pesquisadores estavam envolvidos diretamente com a instituição.

Além disso, a documentação mostra que, nesse período, o MPEG intensificou suas expedições e pesquisas de campo. Relatórios anuais de 1956 a 1959 indicam um aumento na frequência dessas expedições e na colaboração com outras instituições científicas nacionais e internacionais. Fazendo um apanhado geral apenas do relatório do INPA de 1957, temos as seguintes informações do que fora projetado para realização da sessão de Antropologia de pesquisa do Museu Paraense para o ano de 1958.¹² Para o ano de 1958, o Museu Paraense projetou para a sessão de Antropologia: A) Empreender uma prospecção arqueológica de áreas do Rio Negro e Solimões; B) Estudo estratigráfico dos cerâmicos de Santarém; estudos linguísticos de grupos indígenas da região Tocantins-Xingú; C) Estudo de comunidades indígenas e rurais do rio Negro; estudo de frentes pioneiras e comunidades indígenas da região Trombeta-Xingú; D) Estudo de comunidades indígenas das regiões de Trombeta e Parú; estudo de uma comunidade rural da área amazônica; levantamento de índices antro-po-físicos de escolares de Belém.

Posteriormente, vemos que desses estudos mais vastos e abundantes nesse novo momento do labor científico na instituição, surgiram publicações mais frequentes e mais numerosas que nos anos anteriores à crise em que o

¹² Nos relatórios do INPA é comum ver uma sessão do que fora projetado para o ano seguinte em pesquisas ou outros objetivos, em que cada sessão colocava projetos que deveriam ser realizados no ano seguinte.

museu se encontrava. Essa demanda maior de pesquisas e estudos nos mais variados campos está intrinsecamente ligada à estruturação do INPA e à confluência de auxílios originados do Plano Quinquenal da SPVEA, que projetava maiores investimentos e implementação de estudos sobre a região, principalmente de caráter econômico. Uma forma de verificar isso é através da Tabela 3, fruto do trabalho de R. Leite (1993), em que ela busca mostrar as publicações em variados períodos que o Museu Paraense desenvolveu.

Tabela 2 - Produção científica do MPEG entre 1894 e 1989 (Nº de artigos)

Área/Período	1894-1921	1930-1954	1955-1989	Total
Antropologia	7	2	179	188
Botânica	52	1	114	167
Geologia	18	3	36	57
Zoologia	57	14	184	255
Subtotal	134	20	513	667
Outras áreas	38	4	24	66
TOTAL	172	24	537	733

Fonte: Leite, R. A. O. **Difusão da ciência moderna em instituições de ciência e tecnologia: Um estudo de caso - o Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, 1993.

Os dados indicam um notável avanço na produção científica após 1955, evidenciando que a federalização revitalizou e expandiu a instituição, resultando em um aumento significativo na frequência e na escala dos trabalhos. Esse crescimento é atribuído ao planejamento estratégico do INPA, em colaboração com o CNPq, o Museu Nacional e a SPVEA. Os relatórios e planos anuais demonstram uma agenda científica específica que se integra aos demais esforços de pesquisa na região Norte. A comparação com o período anterior à federalização (1930-1954) revela esse avanço em pesquisas e publicações, confirmando que o Museu Paraense superou sua inatividade científica e retomou suas atividades na nova conjuntura. Isso se reflete nos boletins do Museu, que passaram a ser publicados com mais frequência após a federalização em 1955. O Boletim de tomo XI foi lançado em 1955 (Boletim do Museu Paraense Emílio

Goeldi, v. 11), seguido pelo tomo XII em 1956 (Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 12).

A SPVEA, como mencionado, colaborou na reconstrução do MPEG, fornecendo, juntamente com o CNPq, verbas para seu reaparelhamento científico e estrutural. As demandas da SPVEA visavam fomentar a economia regional, exigindo pesquisas aplicadas nesse contexto. O Museu Paraense entrou na fase do Plano Quinquenal, iniciado em 1955 e que se estendeu até 1959. Um exemplo de trabalho desenvolvido pelo MPEG a pedido da SPVEA é a pesquisa sobre o babaçu, conforme o ofício enviado por Tito Cavalcante em 25 de novembro de 1955 (Cavalcanti, 1955). O Museu participou ativamente de pesquisas sobre produtos agrícolas da região, com destaque para o babaçu devido ao seu potencial na produção de combustível. Foi destinada uma verba de Cr\$ 7.000.000,00 ao INPA para a instalação de uma estação de pesquisa sobre essa espécie, como indicado no excerto a seguir:

Está por ser firmado um convênio pelo qual a SPVEA destinará ao Instituto [INPA] a importância de Cr\$ 7.000.000,00 para “Montagem e custeio de uma Estação Experimental e Usina piloto” para estudos de ecologia e tecnologia do babaçu no Maranhão [...] (INPA, 1956, p. 9).

Essa pesquisa ficou subordinada ao Centro de Pesquisas Florestais do INPA e ao Instituto de Óleos do Rio de Janeiro. Após a visita de profissionais do INPA nas zonas do babaçu do Maranhão, um relatório foi elaborado afirmando que o produto estava sendo desperdiçado naquele momento, que não tinha o aproveitamento adequado e que esse tipo de matéria prima merecia estudos aplicados. Nesse ponto, cabe mostrar que nem tudo foi resolvido com a federalização da instituição, mostrando numa visão não romantizada e ideal que tudo foi sanado ou que estava em perfeitas condições. O primeiro exemplo pode ser visto com o problema de repasse de verbas pelo Governo Federal, como o relatório do INPA de 1957 que afirmava: “Não tendo, porém, o pessoal do Museu Goeldi sido pago, até agora, devido à falta de solução para a respectiva situação funcional [...]” (INPA, 1957, p. 5).

Em outro documento, podemos ver as mesmas queixas e reclamações sendo proferidas, em que Walter Egler envia um ofício diretamente ao presidente

da Comissão de Planejamento da SPVEA, afirmando que “A situação financeira atual é a seguinte: dois meses de dívidas a fornecedores e inexistência absoluta de cobertura para efetuar o pagamento de pessoal no corrente mês. Longe, portanto, de ser “excelente” a sua situação financeira” (Ofício, 19 de junho de 1958). Alguns problemas que se seguem ainda no Museu, seja pela falta de técnicos ou repasse das verbas. Nesses problemas que continuam, é possível visualizar a saída de técnicos da instituição, denotando que os investimentos do INPA em capacitação de profissionais para a região e a tentativa de atrair maior número de pesquisadores para a Amazônia pela política estatal, acabou por não ser tão bem-sucedida em um tempo de implementação curto, ou seja, a curto prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi investigar o processo de federalização do Museu Paraense, ocorrido na década de 1950, fomentando e contribuindo para o debate sobre as múltiplas facetas com que esse processo pode ser encarado. Ao perpassar o debate público e político e buscar remontar o contexto institucional, tanto interno quanto externo ao Museu Goeldi — como os interesses nacionais sobre a Amazônia, por exemplo —, o estudo revela um processo complexo, inserido em um momento de reconfiguração das pesquisas científicas, das potencialidades econômicas e dos planos desenvolvimentistas voltados à região amazônica.

A pesquisa também aborda a construção de uma cooperação entre entidades nacionais (como CNPq, INPA, SPVEA e MN) na reestruturação do Museu Paraense, acompanhando as mudanças institucionais trazidas pela federalização e o novo arranjo proposto ao MPEG. Além disso, o trabalho fomenta o debate sobre a remodelação científica e institucional na Amazônia, evidenciando o papel dos empreendimentos e planos estatais nesse contexto.

Outra contribuição relevante está na oferta de informações mais detalhadas sobre o processo de federalização, preenchendo lacunas deixadas por estudos anteriores, que tratavam o tema de forma superficial. Ressalta-se, porém, que a federalização não solucionou todos os problemas institucionais do Museu Paraense, como demonstrado ao longo do trabalho. Ainda assim, teve o mérito de retirar a instituição de sua estagnação, promovendo sua revitalização

estrutural e científica, além de impulsionar um período de intenso desenvolvimento das pesquisas

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. Saúde e Desenvolvimento na Amazônia dos anos 50. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ - Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ: Memória e Patrimônio**, 2010.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, políticas e destruição (1930-1966)**. 2024.

Balancete anual das prestações de contas do Museu Paraense de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues. **Talento e atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi**, I. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989, p.104-105.

DINIZ, Lea. A Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Acta Amazonica**. 11. 189-206, 1981.

Documento assinado de federalização do Museu Paraense entre o governo do Estado e o CNPq, em 07 de dezembro de 1954. Acervo: MPEG.

DOMINICHI, Miranda de Sá e Silva, André. **AMAZÔNIA BRASILEIRA, CELEIRO DO MUNDO: CIÊNCIA, AGRICULTURA E ECOLOGIA NO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE NOS ANOS 1940 E 1950**. Rev. Hist. (São Paulo). 2019. DOI: 10.11606/[issn.2316-9141.rh](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh)2019.145623. Acesso em: 21/07/2022.

FAULHABER, Priscila. **A história dos institutos de pesquisa na Amazônia . Estudos Avançados**, 19 (54), 241-257. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10080>. 2005. Acesso em: 13/05/2023.

GOELDI, Emílio. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Diretor do Museu Paraense. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, Belém, v. 2, n. 3, 1897.

Jornal Correio da Manhã (RJ), publicado em 5 de set. de 1954, p. 3. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 10 de set. de 2022.

Jornal Diário de Pernambuco (PE), publicado em 02 de junho de 1949, p. 4. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_1=Museu%20

Goeldi Pasta=ano%20194 &hf=memoria.bn.br pages=34251. Acesso em: 11/10/2023.

LEAL, Diego. Trajetórias profissionais e instituições científicas na Era Vargas: a atuação política e científica de Carlos Estêvão de Oliveira (1930-1945). **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA**, 2023.

LEITE, Rose Oliveira. **Difusão da ciência moderna em instituições de ciência e tecnologia: Um estudo de caso - o Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, 1993.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica. Os Museus e as ciências naturais no século XIX**, Hucitec, 1997.

MAIO, Marcos Chor. A Unesco e o projeto de criação de um laboratório científico internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 53, p. 115–130, 2005.

Ofício de Armando Bordallo ao diretor da Divisão de Caça e Pesca, Aldyr Gomes. Pará, 12 de maio de 1952. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

MOUGEY, Thomaz. **Rastreado as Origens da Grande Aceleração do Brasil: O Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA e a Recuperação Tecnocientífica da Amazônia, 1945-1959**. 2018.

MOREL, Regina Lúcia . **Ciência e Estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

Ofício de Armando Bordalo da Silva a destinatário não identificado. Pará, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Ofício de Armando Bordallo ao secretário de educação e cultura do Estado. Belém, 22 de fevereiro de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Ofício enviado por Armando Bordallo ao Governador do Estado. Belém, 05 de março de 1954. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

Ofício de Olympio Ribeiro da Fonseca. 09 de abril de 1955. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo.

Ofício de Tito Arcoverde Albuquerque Cavalcanti ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Pará, 25 de novembro de 1955. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

Relatório anual de 1952 enviado por Armando Bordallo ao secretário de educação e cultura do Estado. Belém, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi. Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Relatório de Armando Bordallo da Silva. Pará, 12 de março de 1953. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Armando Bordallo, Livro de ofícios enviados. Dossiê: Secretaria de Educação e Cultura.

Relatório anual do ano de 1955 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 17 de janeiro de 1956. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Relatório anual do ano de 1956 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 17 de janeiro de 1956. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Relatório anual do ano de 1957 do INPA sobre o Museu Goeldi. Manaus, 31 de dezembro de 1957. Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo: MPEG, Gestão: Walter Egler. Dossiê: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

SANJAD, Nelson. **A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, p. 492, 2010.

SANJAD, Nelson. **A revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público**. Museologia e Patrimônio, v.1, p. 123-127, 2008.

SANJAD, Nelson. Bela Adormecida entre vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-2000, **In Conhecimento e Fronteira: história da Ciência na Amazônia**, org. Priscila Faulhaber & Peter Mann de Toledo (Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001).

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a Institucionalização das Ciências Naturais na Amazônia. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 5, p. 455-477, 2006.

SANTOS, Emilly Cristine Barbosa dos. **Público familiar no parque zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Orientador: Luiz Tadeu da Costa. 2014. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Instituto de Ciências da Arte,

Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/2238>. Acesso em: 17/05/2023.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência - a formação da comunidade científica no Brasil**. Campinas, editora da UNICAMP. 4º ed. 2015.

Recebido em 22/10/2024.

Aprovado para publicação em 07/07/2025.